A NOVA DIREITA, BOLSONARISMO E TENDÊNCIAS NEOFASCISTAS NO BRASIL

THE NEW RIGHT, BOLSONARISM AND NEOFASCISTS TENDENCIES IN BRAZIL

José de Lima Soares [1]

Resumo: Este artigo se propõe a fazer uma análise sobre a nova direita, o neofascismo contemporâneo e a sua continuidade e/ou retorno dentro de um Estado Democrático através da análise de elementos característicos, ilustrando com base nos discursos de ódio, identificando as possíveis consequências para a perda de direitos fundamentais, fazendo analogias a partir de uma perspectiva eminentemente crítica. Como metodologia, utiliza-se a revisão bibliográfica e a análise documental. Com base nos estudos pesquisados, somos da opinião de que as tendências fascistas seguem presentes no âmbito das sociedades contemporâneas. Contudo, se transmutam a partir do contexto histórico, para se adequar às demandas sociais. Apesar da atual conformação dos elementos, as bases características são as mesmas, trazendo como consequência a restrição de direitos fundamentais em prol do controle da massa. No Brasil contemporâneo, por exemplo, produzem-se ideologias e discursos que engendram percepções acerca do passado, visando tanto justificar o autoritarismo do presente como apagar a repressão do passado, além de anistiar os crimes dos agentes estatais. Movimentos políticos de extrema-direita, no mundo e no Brasil, são discutidos na qualidade de portadores materiais das tendências ideológicas do conservadorismo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Bolsonarismo; Desigualdade Social; Neofascismo; Nova direita e esquerda.

Abstract: This article proposes to analyze the new right, contemporary neo-fascism and its continuity and/or return within a Democratic State through the analysis of characteristic elements, illustrating based on hate speeches, identifying the possible consequences for the loss of fundamental rights, drawing analogies from an eminently critical perspective. As a methodology, bibliographic review and document analysis are used. Based on the researched studies, we are of the opinion that fascist tendencies are still present in the context of contemporary societies. However, they are transmuted from the historical context, to adapt to social demands. Despite the current conformation of the elements, the characteristic bases are the same, resulting in the restriction of fundamental rights in favor of mass control. In contemporary Brazil, for example, ideologies and discourses are produced that engender perceptions about the past, aiming both to justify the

[1] Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). É professor associado de Sociologia e pesquisador do Instituto de História e Ciências Sociais (INHCS) da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). É pesquisador do CNPq e do Grupo de Estudos e Pesquisas para o Trabalho (GEPT/UnB); é autor dos livros: Sindicalismo no ABC Paulista: Reestruturação Produtiva e Parceria e Outros Ensaios (Editora CRV, 2014), Ensaios de Sociologia do Trabalho (Editora Ciência Moderna, 2011), entre outros. E-mail: jsoares.soares797@gmail.com.

authoritarianism of the present and to erase the repression of the past, in addition to amnesty for the crimes of state agents. Right-wing political movements in the world and in Brazil are discussed as material carriers of the ideological tendencies of contemporary conservatism.

Keywords: Bolsonarism; Neo-Fascism; New right and left; Social inequality.

INTRODUÇÃO

Historicamente, os termos direita e esquerda, embora etimologicamente tragam uma conotação espacial, em se tratando de ideologias políticas, passou a denotar perfis político-ideológicos distintos. De forma geral, é possível afirmar que existem três grandes formas de visualizar esta questão nos dias atuais. Uma minoria de autores acredita que os termos têm o mesmo sentido que tinham na Revolução Francesa (1789-1815). Por outro lado, há os defensores de que não faz mais sentido a utilização dessa nomenclatura. Já um terceiro grupo, a grande maioria, sugere a atualização do significado das terminologias ao acreditar que atualmente os termos direita e esquerda representam algo diferente do que representavam na sua origem. Foi com Norberto Bobbio (1995) que os termos de esquerda e direita deram um impulso fundamental a esta questão. Para este pensador, o que distingue a direita da esquerda é a sua atitude perante a igualdade. A esquerda tende a ser favorável ao ideal de igualdade e a direita tende a ser crítica. Mas o ideal de igualdade não significa necessariamente uma igualdade para todos e sobre todas as coisas. Existem inúmeras gradações quanto ao número de indivíduos que podemos incluir numa esfera de igualdade (por ex., homens e mulheres, membros da minha cultura e membros de outras culturas, seres humanos e animais não humanos), quanto aos benefícios ou obrigações a partilhar e quanto aos próprios critérios da igualdade (o mérito, o trabalho, as necessidades etc.). No plano geral, a esquerda tem uma atitude mais favorável à igualdade do que a direita. Mas isso não significa que a esquerda seja sempre igualitária sobre todas as coisas e que a direita nunca o seja sobre coisa alguma. As desigualdades - e a respectiva visão da igualdade - face às quais direita e esquerda se demarcam tanto podem ser de carácter natural como de carácter social. Mas a esquerda tende a considerar que a maior parte das desigualdades é de carácter social, enquanto a direita enfatiza o seu aspecto natural. Como ilustração disto mesmo, Bobbio contrasta o igualitarismo de Rousseau com o anti-igualitarismo de Nietzsche. Para o primeiro, a desigualdade é produzida pela civilização e não pela natureza. Para o segundo, o que é artificial é a igualdade. Esta é uma das razões mais fortes para a desvalorização da agenda igualitária por parte da direita, face à promoção dessa mesma agenda por parte da esquerda. Bobbio coloca como representantes dos ideais igualitários e inigualitários, Rousseau e Nietzsche, respectivamente. Rousseau parte da consideração de que os homens nascem livres e iguais, mas são artificialmente tornados desiguais. Nietzsche parte do discurso de que a natureza traz no homem a desigualdade,

sendo ela benéfica, portanto, a igualdade artificial é um problema (SILVA; MORAES, 2019).[2]

Na concepção de Norberto Bobbio (1995) os conceitos de "esquerda" e "direita" indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence, habitualmente, à ação política. Possuem contrastes não só de ideias, mas também de interesses econômicos e de prioridades a respeito da direção a ser seguida pela sociedade. Esses contrastes existem em toda sociedade. Aliás, não há nada mais ideológico do que a afirmação de que as ideologias estão em crise ou de que a distinção entre direita e esquerda desapareceu. Bobbio parte do princípio de que, de um lado, os homens são todos iguais entre si; de outro, cada indivíduo é diferente dos demais. Os que consideram mais importante, para a convivência humana, aquilo comum que os une, em uma coletividade, estão na margem esquerda e podem ser corretamente chamados de igualitários. São de esquerda as pessoas que se interessam pela eliminação das desigualdades sociais. A direita insiste na convicção de que as desigualdades são naturais e, enquanto tal, não são elimináveis. No entanto, ser de esquerda, não significa e nem implica, necessariamente, ser marxista ou revolucionário, socialista, ou se reivindicar pertencente ao marxismo. Essa é outra questão.

Assim, o binômio desigualdade/igualdade permite distinguir a direita da esquerda. Mas o mesmo não se passa com o binômio liberdade/autoridade. No entanto, não temos acordo com Bobbio quando pretende demonstrar, que a direita tanto pode ser libertária como autoritária e que o mesmo se aplica à esquerda. Para Bobbio, também os outros competidores do binômio desigualdade/igualdade são menos coincidentes com a dicotomia entre a direita e a esquerda. Assim, a religiosidade e o ateísmo, ou o individualismo e o anti-individualismo, tanto podem existir à direita como à esquerda. Por outro lado, quando se fala de conservadorismo e de progressismo é necessário ver o que se pretende conservar ou em que se pretende progredir. Podemos inferir, a partir de Bobbio, que a direita é mais favorável à conservação das desigualdades e a esquerda ao progresso num sentido igualitário.

Pedro Dória (2020) em seu livro *Fascismo à brasileira* afirma que nunca lemos a história separada do tempo presente. Assim, é inevitável perceber que, como o integralismo[3], também o bolsonarismo faz parte de um

[2] Desde o turbulento evento denominado Revolução Francesa (1789-1815), o qual, de acordo com alguns historiadores, inaugurou a **Idade Contemporânea,** os conceitos de ***direita e esquerda*** fazem-se presentes nos debates políticos e ideológicos, sobretudo no mundo ocidental. Neste texto, procuraremos explicitar a relação desses conceitos com a ambiência revolucionária da França, bem como a identificação que um e outro passaram a ter, *a posteriori*, com as posições políticas conservadoras e/ou liberais (direita) e progressistas e/ou revolucionárias.

[3] O integralismo foi um movimento de inspiração fascista fundado por Plínio Salgado em 1932. Através da Ação Integralista Brasileira (AIB), tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos. Embora a primeira manifestação de fascismo nativo tivesse ocorrido em 1922, com a fundação da Legião Cruzeiro do Sul (imitando provavelmente o fascio italiano de 1919 e o Partido Nacional Fascista de Mussolini, estruturado em 1921), a expansão dos movimentos de tipo fascista no Brasil eclodiu sobretudo na década de 1930, com a formação de pequenos partidos

movimento internacional que inclui Donald Trump, nos Estados Unidos, Viktor Orbán, na Hungria, Matteo Salvini, na Itália, entre outros. A história sempre ilumina aquilo que vivemos. Além da atração por armas de fogo, do encantamento com o militar e do flerte com a violência física, também existiam a preocupação em usar o Estado para dar forma a uma cultura nacionalista e o sistema educacional como máquina de uniformização do pensamento.

Para Boito Jr. (2019; 2020), as definições são sempre problemáticas, mas podemos arriscar a afirmação de que, nas suas características mais gerais, o fascismo é um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Ele é movido por um discurso superficialmente crítico -, ao mesmo tempo, profundamente conservador -sobre a economia capitalista e a democracia burguesa. A sua ideologia é heterogênea, pouco sistemática, e nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído, o culto da violência, um nacionalismo autoritário e conservador e a politização do racismo e do machismo. É um movimento que chega ao poder, não como representante de tais classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, antioperário e antipopular (BOITO JR., 2020).

O QUE CARACTERIZA O FASCISMO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DE UM DEBATE CONCEITUAL

O que caracteriza o fascismo? Na concepção de Álvaro Bianchi e Demian Melo (2018) o fascismo, como movimento político, é uma resposta à crise de hegemonia, à incapacidade das classes dominantes para manter a ordem política por meio dos canais normais da democracia liberal. O fascismo é, por definição, um partido-movimento de caráter profundamente antiliberal. Por essa razão, é, em primeiro lugar, um chamado à lei e à ordem que recorre, para sua realização, a expedientes extralegais e à violência aberta. A novidade do fascismo está em que ele é um movimento de massas, com uma base social predominantemente pequeno-burguesa e plebeia, que procura solucionar uma crise de hegemonia por meio da violência direta.[4]

Seguindo essa lógica o fascismo tem por objetivo eliminar - e não simplesmente derrotar - a "esquerda" do processo político. "Esquerda" é um termo genérico e meramente indicativo. No fascismo clássico essa "esquerda"

e movimentos regionais tais como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista. Ver J. Chasin, *O integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, Livraria Ciências Humanas, 1978.

[4] De acordo com Hobsbawm: "A principal diferença entre a direita fascista e não fascista era que o fascismo existia mobilizando as massas de baixo para cima. Pertencia essencialmente à era da política democrática e popular que os reacionários tradicionais deploravam, e que os defensores do "Estado Orgânico" tentavam contornar. O fascismo rejubilava-se na mobilização das massas, e mantinha-a simbolicamente na forma do teatro público [...]. Os fascistas eram os revolucionários da contrarrevolução" (HOBSBAWM, 1995, p. 121).

era composta por dois partidos operários de massa, isto é, partidos cuja organização envolve as bases, seja em seções por local de moradia ou em células nos locais de trabalho; cuja ação política é perene, e não sazonal – apenas em anos de eleição; e cuja atividade de educação política e ideológica das massas é constante. Estamos nos referindo ao Partido Socialista e ao Partido Comunista, partidos que, de resto, retiveram para si a votação do operariado enquanto houve eleições livres na Alemanha e na Itália – o que contraria, diga-se de passagem, o mito segundo o qual o fascismo teria impactado indistintamente os "trabalhadores" ou as "massas", como pretendem alguns estudos de psicologia social do fascismo (REICH, 1988; CARONE, 2012). Já no neofascismo brasileiro, a "esquerda" a ser eliminada é o movimento democrático e popular que esteve, até aqui, sob a direção do Partido dos Trabalhadores, que, de há muito tempo, deixou de ser um partido de massa e se tornou um partido de quadros ou de notáveis – organização separada das massas, atividade política fundamentalmente sazonal e subestimação da importância do trabalho de educação política e ideológica dos trabalhadores.

Com a recente ascensão das direitas no Brasil, que culminou na eleição de Jair Bolsonaro, assim como de outros líderes da extrema direita, colocam-se em questão os impactos dessas novas formatações no campo político-partidário brasileiro e quais são os pressupostos e as filiações ideológicas. Além de categorias como "novas direitas", termos como "neofascismo" são utilizados indiscriminadamente para interpretar expressões e grupos dos mais distintos. A fim de colocar tais aspectos em questão, este artigo apresenta um apanhado das relações entre grupelhos neofascistas e forças político-partidárias no Brasil. Analisando desde a transição democrática até a eleição de Bolsonaro, investigaram-se as aproximações e disputas existentes entre grupelhos neofascistas e agremiações partidárias, a fim de compreender as diversas disputas existentes no campo da extrema direita brasileira ao longo da "Nova República" (CALDEIRA NETO, 2020).

Boito Jr. (2020) parte da premissa de que há um avanço da "extrema direita" ou "Nova Direita", no Brasil. Há uma ofensiva do capital internacional e da burguesia associada apoiada na alta classe média. Desde 2018, esse campo logrou atrair, graças, dentre outros fatores, à atuação das igrejas evangélicas, segmentos das classes populares. É uma ofensiva reacionária de massa que eu caracterizo como neofascista. Do ponto de vista dos interesses que representa, essa ofensiva política representa os interesses do capital internacional e da burguesia associada. O seu objetivo é abrir e entregar mais ainda a economia nacional aos interesses do imperialismo. Isso é o principal. Porém, isso foi obtido, não por intermédio do PSDB, que sempre foi o representante partidário desses interesses no Brasil, mas, sim, por intermédio de um movimento de massa, surgido na luta pela deposição de Dilma Rousseff em 2015. Um movimento reacionário cujos objetivos são eliminar a esquerda do processo político, combater o comunismo e restaurar valores sociais e familiares tradicionais. É um novo tipo de fascismo, uma vez que características básicas da ideologia fascista

estão nele presente: autoritarismo, anticomunismo, culto da violência, negativismo, irracionalismo, machismo etc. (BOITO JR., 2020).[5]

Maciel (2020) aponta a ofensiva de Bolsonaro como resultado da própria instabilidade política inaugurada pelo golpe de 2016 e pela transição autoritária em curso desde então, mas ao invés de estabilizar o regime político e permitir a reconfiguração da hegemonia burguesa em novas bases, o instabiliza ainda mais. Daí que para o grande capital a ameaça cesarista representada pela ofensiva fascista de Bolsonaro se configura como um risco politicamente desnecessário dada a atual correlação de forças entre capital e trabalho e diante dos próprios mecanismos de controle do conflito social disponibilizados pela democracia restrita que vigora desde 2016 (MACIEL, 2020).

Nesse sentido, o governo Bolsonaro é definido como um governo de extrema-direita com tendências fascistizantes, unificado entorno de três eixos: o aprofundamento da escalada autocrática iniciada anteriormente e aprofundada após o golpe de 2016; a aplicação do programa neoliberal extremado; e de uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, anticomunista, fundamentalista cristã, racista, machista, misógina e homofóbica, além de anticientífica e historicamente negacionista (MACIEL, 2019).[6]

Como indica o historiador italiano Enzo Traverso (2019), o surgimento da direita radical é uma das mais notáveis características de nosso momento histórico. Lembrando que, no Brasil, a nova direita (além de violenta e mais ousada e audaciosa do que fora a velha direita no

[5] Boito Jr. ainda define o movimento fascista como um *movimento reacionário de massa*. Trata-se de uma definição geral, que rompe com o historicismo, e que rompe também com o tipo de definição descritiva que pretende tudo abarcar de maneira exaustiva e, na verdade, não oferece um conceito que possa orientar a reflexão e a pesquisa. A definição apresentada acima serve para orientar a pesquisa como toda definição teórica de um fenômeno social. É a análise do fenômeno orientada pelo conceito que permitirá compreender tal fenômeno e não a definição por si só. No Brasil, não se verificou até aqui a implantação de uma ditadura fascista, porém o bolsonarismo é um movimento social fascista e esse movimento ocupa posição dominante no governo atual. Temos então no Brasil um movimento e um governo fascistas, embora não tenhamos uma ditadura fascista - não custa lembrar que nos seus primeiros anos o governo Mussolini manteve-se dentro do quadro democrático (BOITO JR., 2019). Mas vale lembrar também que a violência fascista de Mussolini sempre esteve presente na Itália, sendo um fato relevante o assassinato do deputado socialista Giacomo Matteotti, em maio de 1924. Ver o excelente filme *O delito Matteotii* (1973) do diretor Florestano Vancini. Em seguida, o desencadeamento da repressão política contra o movimento operário italiano e as prisões de sindicalistas, militantes políticos e de líderes revolucionários, como Antônio Gramsci, em 1926, entre outros.

[6] Para Silva Júnior e Fargoni (2020), o negacionismo consiste na ação de negar ou não reconhecer fatos, teses e conceitos verificados empiricamente. O negacionismo vai além da escolha de negar a realidade como fuga de verdades desconfortáveis. No âmbito social, por exemplo, os negacionistas que rejeitam a ciência se utilizam de pseudociências para legitimar o que lhes convêm (comumente baseados em achismos, terraplanismos etc.). Por certo, o negacionismo no que concerne à pandemia sempre esteve presente nos atos e nas falas presidenciais desde antes de abril de 2020, bastando recordar suas inúmeras declarações espalhafatosas a respeito da gripezinha e da suposta histeria da mídia acerca dos efeitos superdimensionados do vírus. O aspecto que somente aos poucos foi se revelando é que o negacionismo de Bolsonaro quanto à pandemia constituiu, desde o princípio, uma política de caráter autônomo e eficaz, e não mero diversionismo. Afinal, a despeito do aumento descontrolado do número de mortos e contaminados, a insistência de Bolsonaro na manutenção do negacionismo quanto à pandemia não abalou os índices de sua popularidade, antes pelo contrário. Decorridos sete meses desde a chegada da pandemia ao país, parece-nos claro que o negacionismo de Bolsonaro constitui uma política *per se*, aquela que consiste em negar, confundir, agredir, ignorar, desprezar, silenciar quem quer que não esteja absolutamente de acordo com suas medidas de combate à pandemia, ou com as escolhas políticas e morais que pautam seu governo (CÉSAR; DUARTE, 2020).

passado), consegue mobilizar grandes contingentes de pessoas, sobretudo as camadas de classe média. Exemplo disso, foi o 1° de maio de 2021 que, embora seja qualificado historicamente como o dia Internacional de Luta dos Trabalhadores, as ruas das principais capitais do país, foram tomadas por bolsonaristas com suas bandeiras verdes e amarelas. As forças de esquerda e as centrais sindicais, respeitando as normas sanitárias, fizeram pequenos atos de resistência contra as políticas negacionistas do governo e a destruição dos direitos dos trabalhadores.

Em 2018, oito países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, Itália, Polônia, Hungria e Eslováquia) passam a ser governados por partidos da extrema direita, nacionalistas e xenófobos. Esses partidos também polarizaram a disputa política em três das maiores nações da União Europeia: na França, a Frente Nacional perdeu as eleições presidenciais de 2017, mas alcançou extraordinários 33.9% dos votos; na Itália, a Liga do Norte tornou-se a força hegemônica da direita ao criar um novo governo e marginalizar a Forza Italia de Silvio Berlusconi; e na Alemanha o Alternativa para a Alemanha assumiu cadeiras no Bundestag em 2017 com quase 13% dos votos, resultado que enfraqueceu sobremaneira a Chanceler Angela Merkel e levou a União Democrática Cristã (CDU) a renovar sua coalisão com o Partido Social Democrata (SPD). A "exceção Alemã", frequentemente louvada desapareceu, e Merkel anunciou sua intenção de repensar suas políticas "generosas" em favor dos imigrantes e refugiados. Fora da União Europeia, a Rússia de Putin e alguns de seus satélites estão longe de serem os únicos bastiões do nacionalismo. Com a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, o surgimento de uma direita nacionalista, populista, racista e xenófoba, tornou-se um fenômeno global (TRAVERSO, 2019).[7]

Conforme Melo (2020), a historiografia acadêmica sobre o fascismo hoje é dominada pela perspectiva liberal. Em que pese o fato de que os marxistas contemporâneos ao fenômeno, como Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Clara Zektin, Leon Trotsky e Ernest Mandel terem produzido as mais argutas análises sobre o fenômeno, no campo acadêmico a obra desses autores é notavelmente ignorada, ainda que em muitos casos suas análises tenham adiantado problemas de pesquisa explorados posteriormente pela historiografia. É só pensarmos no teor de obras de autores como Umberto Eco, Stanley Payne, Emilio Gentile, Zeev Sternhell e Roger Griffin, certamente os mais influentes historiadores do fascismo. Mesmo o historiador israelense Zeev Sternhell, que buscou a origem ideológica do fascismo no movimento revisionista antimaterialista impulsionado por autores como George Sorel não estabeleceu nenhum tipo de

[7] A derrota de Trump para Joe Biden deve alterar sobremaneira o atual quadro político, econômico e social dos Estados Unidos. Biden não é socialista, longe disso. Mas a luta comum dos trabalhadores e dos oprimidos, através dos sindicatos, a experiência das massas trabalhadoras que votaram em Biden e nos democratas se desenvolverá e a própria dinâmica da luta revelará o verdadeiro caráter do Partido Democrata e do regime bipartidário. Ou seja, na luta de classes, a robusta e multiétnica classe trabalhadora americana aprenderá a distinguir quem são seus amigos e quem são seus inimigos. O que pode resultar em um aprendizado importante para as classes trabalhadoras e os subalternos.

diálogo com a elaboração dos teóricos marxistas contemporâneos do fascismo histórico.

AS CONTRIBUIÇÕES DE LEÓN TROTSKY, GRAMSCI, CLARA ZETKIN E MANDEL SOBRE O NAZI-FASCISMO

No campo do marxismo, a contribuição de Trotsky sobre os estudos da ascensão do nazismo foi uma das mais originais. Trotsky não se limitou a se opor à política stalinista diante da ascensão nazista; sua análise aprofundada desse fenômeno provocou a admiração do historiador inglês Perry Anderson:

> Isolado numa ilha turca, ele escreveu, a certa distância dos acontecimentos, uma sequência de textos sobre a ascensão do nazismo na Alemanha que, como estudos concretos de uma conjuntura política, são de uma qualidade sem par no conjunto do materialismo histórico. Neste campo, o próprio Lênin nunca produziu qualquer trabalho de profundidade e complexidade comparáveis. Com efeito, os escritos de Trotsky sobre o fascismo alemão constituem a primeira análise marxista real de um Estado capitalista do século XX - o estabelecimento da ditadura nazista (ANDERSON, 1989, p. 137).

A grande revolucionária Clara Zetkin (2019) defendia a tese de que no fascismo, o proletariado é confrontado por um inimigo extraordinariamente perigoso. O fascismo é a expressão concentrada da ofensiva geral empreendida pela burguesia mundial contra o proletariado. Sua derrubada é, portanto, uma necessidade absoluta, ou melhor, é mesmo uma questão da existência cotidiana e do pão com manteiga de todo trabalhador comum. Por estes motivos, todo o proletariado deve concentrar-se na luta contra o fascismo. Será muito mais fácil derrotar o fascismo se estudarmos clara e distintamente sua natureza. Até aqui tem havido ideias extremamente vagas sobre esse assunto, não apenas entre as grandes massas de trabalhadores, mas também no interior da vanguarda revolucionária do proletariado e dos comunistas. O fascismo tem características diversas em diferentes países. No entanto, tem duas características distintivas gerais, a saber: a pretensão de um programa revolucionário, que é habilmente adaptado aos interesses e demandas das grandes massas, e, por outro lado, a aplicação da violência mais brutal (ZETKIN, 2019).

Zetkin cita como exemplo clássico o fascismo italiano.[8] O capital industrial na Itália não era forte o suficiente para reconstruir a economia arruinada. Não se

[8] Bobbio *et al.* (1998, p. 466) afirmam que, em geral, se entende por fascismo um sistema autoritário de dominação que é caracterizado: pela monopolização da representação política por parte de um partido único de massa, hierarquicamente organizado; por uma ideologia fundada no culto do chefe, na exaltação da coletividade nacional, no desprezo dos valores do individualismo liberal e no ideal da colaboração de classes, em oposição frontal ao socialismo e ao comunismo, dentro de um sistema de tipo corporativo; por objetivos de expansão imperialista, a alcançar em nome da luta das nações pobres contra as potências plutocráticas; pela mobilização das massas e pelo seu enquadramento em organizações tendentes a uma socialização política planificada, funcional ao regime; pelo aniquilamento das oposições, mediante o uso da violência e do terror; por um aparelho de propaganda baseado no controle das informações e dos meios de comunicação de massa; por um crescente dirigismo estatal no âmbito de uma economia que continua a ser,

esperava que o Estado interviesse para aumentar o poder e as possibilidades materiais da capital industrial do norte da Itália. O Estado estava dando toda a sua atenção ao capital agrário e ao pequeno capital financeiro. As indústrias pesadas, que haviam sido artificialmente impulsionadas durante a guerra, entraram em colapso quando a guerra acabou, e uma onda de desemprego sem precedentes se instalou. As promessas feitas aos soldados não puderam ser resgatadas. Todas essas circunstâncias criaram uma situação extremamente revolucionária. Esta situação revolucionária resultou, no verão de 1920, na ocupação das fábricas. Naquela ocasião ficou demonstrado que as maduras condições revolucionárias faziam sua primeira aparição apenas para uma pequena minoria do proletariado. A ocupação das fábricas estava, portanto, fadada a terminar em uma tremenda derrota, em vez de se tornar o ponto de partida para o desenvolvimento revolucionário. Os líderes reformistas dos sindicatos agiram como traidores ignominiosos, mas ao mesmo tempo foi demonstrado que o proletariado não possuía nem a vontade nem o poder de marchar em direção à revolução (ZETKIN, 2019).[9]

Melo (2019) e alguns estudiosos, como o historiador Enzo Traverso (2019), defendem que o conceito de fascismo não é adequado para a compreender a emergência atual das direitas radicais no mundo. Em seu lugar, o autor propõe o termo "pós-fascismo", como de maior capacidade e abrangência. Com esse termo, ele pretende dar conta de um "fenômeno transitório, em mutação, que ainda não está cristalizado". (TRAVERSO, 2017, p. 12). Apesar de ter alguns traços em comum com o fascismo clássico, este novo movimento não representa, no plano ideológico e político, uma mera continuidade. Neste contexto, valorizam-se as especificidades históricas do novo fenômeno, tornando algumas características particulares (MELO, 2019, p. 2).

Para Demian Melo (2016), o discurso bolsonarista apresenta características ideológicas que podem situá-lo no campo do fascismo, se tomarmos, por exemplo, a definição genérica de Griffin. É possível encontrar nele um discurso que, diante de uma crise da profundidade como a atual, promete um "processo de renascimento nacional (palingênese)". Enquanto, por exemplo, no fascismo histórico Mussolini apelava para a regeneração da glória do Império Romano, e o hitlerismo cultuava um mítico passado do povo alemão, Bolsonaro transforma em mito o período da ditadura militar brasileira, desde o princípio tendo negado o próprio caráter ditatorial daquele regime político.

Indubitavelmente, Bolsonaro tem assumido cada vez mais características de um governante fascista. Conforme insiste o historiador Demian Melo, não se trata apenas de alguém com uma personalidade fascista, com um comportamento fascista. É alguém que professa uma ideologia fascista: xenófoba, preconceituosa, machista e

fundamentalmente, de tipo privado; pela tentativa de integrar nas estruturas de controle do partido ou do Estado, de acordo com uma lógica totalitária, a totalidade das relações econômicas, sociais, políticas e culturais. Ver ainda, Robert Paris, *As origens do fascismo*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1976.

[9] Robert Paris (1976) em seu livro *As origens do fascismo* faz uma análise interessante sobre esse período histórico.

militarista. Além disso, Bolsonaro engendra um movimento baseado numa mobilização que interpela setores médios e setores subalternos movidos por um grande ressentimento social. Não foi o candidato de uma direita tradicional, mas manteve estruturado em torno da sua candidatura todo o universo da extrema-direita brasileira, do separatismo sulista ao monarquismo, dos grupos neonazis, de amplas faixas do aparelho de repressão do Estado (das polícias militares à parcelas da Forças Armadas), do fundamentalismo religioso e do mercado. Não é só um maluco, mas este governo está dando vida a uma das características fundamentais do fascismo como movimento que mesmo sem estar filiado a um partido, continua a mantendo a mobilização de massas.

Só que seria necessário pensar a natureza da ideologia nacionalista presente no bolsonarismo. Como é típico dos fascismos no mundo da periferia do capitalismo, ainda que consideremos a posição subalterna do Brasil na cadeia de países imperialistas, o bolsonarismo pronuncia-se em favor das posições do imperialismo americano. Assim, ao mesmo tempo em que o governo Bolsonaro cede as mais antigas pretensões do imperialismo estadunidense no Brasil, como a concessão da base militar de Alcântara, no Maranhão, ou a abertura do mercado brasileira à competição do capitalismo norte-americano, clama para que os cidadãos cantem o hino nacional uma vez por semana, ao mesmo tempo em que trata todo tipo de oposição como supostamente desleal para com a "nação". Como bem sugere Leandro Konder (2009, p. 25):

> Por seu alto teor explosivo, a palavra "fascista" tem sido frequentemente usada como arma na luta política. É compreensível que isso ocorra. Para efeito de agitação, é normal que a esquerda se sirva dela como epíteto injurioso contra a direita. No entanto, esse uso exclusivamente agitacional pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico e de extrair do seu emprego, então, todas as vantagens política de uma análise realista e diferenciada dos movimentos das forças que lhe são adversas.

Em seu livro *Introdução ao fascismo,* Konder insiste que essa mania da esquerda chamar de "fascista" qualquer direita autoritária poderia ter legitimidade como recurso de agitação, mas era enganoso como instrumento de análise e pode produzir efeitos nefastos na luta política, pois desarma a esquerda no entendimento dos movimentos de seus adversários. É indiscutível que essa forma frouxa de considerar "fascista" qualquer direita produziu historicamente resultados desastrosos na vida dos trabalhadores e na desarticulação violenta da esquerda. Nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão - por mais feroz que seja - exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo (KONDER, 2009).

Já o historiador americano Robert Paxton (2007) defende que só seria possível conceituar corretamente o fascismo depois de uma longa exposição de seu

desenvolvimento histórico no período do entre guerras (1918-1939?). Além de *movimento*, o fascismo tomou o poder na Itália e na Alemanha no período entreguerras, sendo assim uma forma específica de *regime político* do Estado capitalista. Não qualquer regime, não qualquer ditadura, mas uma ditadura contrarrevolucionária com características bastante específicas, diferente, por exemplo, tanto de ditaduras oligárquicas, como a de Porfírio Diaz no México anterior à Revolução (antes de 1910), como das ditaduras militares encontradas na América do Sul nos anos 1960-1980. Deste modo, chamar qualquer regime político ditatorial de "fascista" pode ser legítimo no plano da retórica política de seus opositores, mas do ponto de vista analítico denota desconhecimento.

Surgido das contradições oriundas da eclosão da Primeira Grande Guerra e do desafio da Revolução Russa de 1917, o fascismo constitui-se como um movimento contrarrevolucionário, formado por uma base social na pequena burguesia, especialmente pela massa de ex-combatentes, que em países da Europa central foram recrutados pelas classes proprietárias que os financiaram para formarem grupos de bate-paus contra o movimento operário e a esquerda em geral. Enquanto movimento, o fascismo representou historicamente um oponente violento das organizações da esquerda, da classe operária e dos subalternos sociais, bancado pelas classes dominantes para eliminar, inclusive fisicamente, qualquer coisa que pudesse ser associada à ameaça de "contágio vermelho". E por isso o sucesso dos movimentos fascistas associava-se também à capacidade desses movimentos convencerem amplos setores sociais de que o conjunto das esquerdas poderia ser enquadrado como "comunista" e, por conseguinte, "antipatriótica". Assim, dos revolucionários anarquistas até os socialdemocratas mais reformistas, passando naturalmente pelos próprios comunistas, as esquerdas em geral foram alvo desses movimentos contrarrevolucionários.

Surgido originalmente na Itália, movimentos fascistas se espalharam pela Europa entre os anos 1920 e 1930. Entre os primeiros a compreender o caráter internacional do fenômeno do fascismo, os marxistas tiveram também entre suas fileiras posições equivocadas que estão na base desse uso generalizado do termo "fascista" pelas esquerdas. É verdade que avaliações mais finas foram produzidas, por exemplo, pelos comunistas italianos ao longo dos primeiros anos do regime fascista, de que são exemplo os escritos de Antonio Gramsci anteriores à sua prisão e também nos seus escritos carcerários, particularmente no seu caderno 13 sobre Maquiavel e no 22, o importante ensaio *"Americanismo e fordismo"*.

Entretanto, a estalinização da Internacional Comunista e a adoção da teoria do "social-fascismo" no VI Congresso da Internacional Comunista em 1928 levaria a um empobrecimento do debate, assim como preparou desastres políticos, embora as melhores linhas escritas por marxistas que se opunham a esses esquemas tenham sido escritas neste contexto. Na lavra do comunismo dirigido por Moscou, o termo "fascismo" passaria a ser utilizado na retórica política para caracterizar a mais ampla variedade de posições no

espectro político, embasada na paupérrima definição segundo a qual: "o fascismo é uma ditadura terrorista aberta dos elementos mais reacionários, mais chauvinistas, mais imperialistas do capital financeiro" (DIMITROV,1935).

Como esclareceu argutamente Ernest Mandel (1976), tal definição genérica tinha uma precisa função: a de legitimar a teoria stalinista segundo a qual a socialdemocracia seria "irmã gêmea" do fascismo, igualmente serviçal do capital monopolista. Foi preciso esperar que as resultantes da aplicação dessa linha irresponsável levassem ao desastre alemão com a ascensão de Hitler em fins de janeiro de 1933 - pois como se sabe, os comunistas alemães se recusaram a qualquer tipo de ação comum de frente única com a socialdemocracia -, para que um debate minimamente sério sobre o fenômeno do fascismo fosse reaberto no âmbito da Internacional, a partir das contribuições do italiano Palmiro Togliatti (*Lições sobre o fascismo*) e do búlgaro Georgi Dimitrov (*A luta pela unidade da classe operária contra o fascismo*). Precisavam apresentar algo minimamente consistente para contraporem-se às sofisticadas e argutas análises que o principal opositor do stalinismo, Leon Trotsky, vinha fazendo desde que a Internacional havia elaborado a teoria (equivocada) do "social-fascismo".[10]

Carneiro (2018) ao analisar a ascensão da ultradireita na Europa no século XXI entende que os movimentos europeus neonazifascistas se reciclaram. Deixaram de ser grupos saudosistas e se vincularam com o fenômeno de uma nova extrema-direita que mantém muitas das características fascistas, mas não todas. Avançando sobre a questão, Carneiro (2018) entende que o fascismo não pode ser generalizado para qualquer direita, mesmo que extremada. Os regimes ditatoriais, por exemplo, não são necessariamente fascistas, pois carecem do elemento de mobilização popular que foi típico do fascismo. Na extrema-direita de hoje em dia, à exceção de extremistas como o norueguês Anders Behring Breivik, que explodiu um carro bomba em Oslo e matou dezenas de jovens a tiros no encontro da Liga de Juventude dos Trabalhadores (sessão estudantil do Partido Trabalhista norueguês) em 2011, o programa de extermínio das organizações de esquerda, dos sindicatos e dos movimentos sociais é atenuado. O racismo deixa de lado o antijudaísmo e se reconcilia com Israel e o sionismo, mas encontra outros semitas, dessa vez os árabes, e outros povos asiáticos e africanos para discriminar como indesejáveis. O estatismo é substituído por uma aceitação pragmática da lógica dos mercados financeiros. Assim age, por exemplo, Marine Le Pen, do Front Nacional na França. Poucos são os que, como

[10] O historiador Henrique Carneiro (2018) em prefácio ao livro de Trotsky *Como esmagar o fascismo* parte da concepção de que: nascidos das frustrações, da decadência social da pequena-burguesia e das camadas médias após uma guerra devastadora, o nazi-fascismo de Hitler e Mussolini levou a Alemanha e a Itália a uma guerra ainda pior, a que mais matou até hoje em toda a história da humanidade. O nazi-fascismo foi derrotado na pior guerra já conhecida pela humanidade. Na Alemanha e Itália estas palavras foram proibidas como denominação política.

o partido Aurora Dourada, na Grécia, mantém o ideário neonazi quase sem camuflagem (CARNEIRO, 2018, p. 6-7).

Ainda de acordo com Carneiro, o caso brasileiro é peculiar, pois a extrema-direita aqui foi, inicialmente, um tipo local de fascismo, o integralismo de Plínio Salgado, e que já adotava, em lugar do nacional desenvolvimentismo, uma doutrina neoliberal. Nos diversos governos do regime militar houve certamente tendências fascistas, mas não se pode caracterizar o regime político em si como fascista, mas sim bonapartista. Além da ausência do culto pessoal ao líder, os governos militares brasileiros mantiveram mesmo que estritamente controladas as instituições parlamentares, que o fascismo clássico sempre suprimiu (CARNEIRO, 2018).

Com a eleição de Bolsonaro, diferentemente do fascismo clássico, inexiste uma organização orgânica em torno ao culto da liderança do capitão que se notabiliza pelo estilo truculento, pela ignorância, pela ameaça de fuzilamento dos adversários, pela misoginia, homofobia e racismo explícitos. O aspecto doutrinário também é muito escasso, mas a adesão do fundamentalismo religioso pode oferecer um novo estofo místico.[11] O argumento é que parcela desses religiosos está articulada a linhas de força em diferentes dimensões (econômica, política, moral, securitária e interacional) do processo social em curso no país e que configuram o que tem sido denominado com relativa imprecisão de "onda conservadora" (ALMEIDA, 2017).

Ruy Braga (2020) parte da hipótese de que, até a pandemia, o alinhamento popular ao projeto bolsonarista nascido durante a campanha presidencial de 2018 deveu-se, em larga medida, a uma "afinidade eletiva" entre uma certa teologia neopentecostal e a "viração" típica do emprego informal tal como observamos nas periferias do país. Aqui, talvez seja conveniente uma rápida digressão sociológica. Desde que a expressão "afinidades eletivas" foi alçada por Max Weber à posição de conceito clássico da sociologia, a relação entre doutrinas religiosas e diferentes ethos econômicos deixou de ocupar um espaço central na atividade investigativa dos sociólogos. Não há dúvida que o governo Bolsonaro representa um projeto necropolítico de poder cujo propósito consiste em mobilizar permanentemente parte da sociedade contra um inimigo interno desumanizado e, portanto, passível de eliminação. O projeto em curso de

[11] O crescimento do movimento neopentecostal no país é largamente estudado pela bibliografia especializada. Ricardo Mariano e Ronaldo de Almeida, por exemplo, são dois incontornáveis experts no assunto. Também não é segredo que o aumento expressivo das hostes evangélicas ocorreu naquelas regiões e grupos abandonados por décadas de elitização do catolicismo. Também é compreensível que a hipertrofia das favelas e das comunidades periféricas em condições notoriamente precárias tenha fortalecido entre os subalternos a busca por promessas de segurança material e consolo espiritual. O que permanece ainda um tanto opaco é porque uma teologia que advoga o direito ao bem-estar físico do crente se aproximou de forma tão íntima das formas mais ou menos tradicionais de "viração", isto é, o empreendedorismo popular muito comumente verificado na economia informal, afastando-se, em contrapartida, da gramática dos direitos sociais. Para uma análise mais profunda do neopentecostalismo e do fundamentalismo religioso e sua ligação com a política neoconservadora e reacionária, sugiro os trabalhos de dois grandes estudiosos sobre o tema: Ricardo Mariano, Neopentecostais – Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil, São Paulo, Edições Loyola, 2014; Ronaldo Almeida; Rodrigo Toniol (Orgs.), Conservadorismos, fascismos e fundamentalismo, Campinas, Ed. Unicamp, 2018.

subversão da democracia brasileira alinhou-se, até o advento do coronavírus, a um conjunto de outras experiências internacionais, principalmente a estadunidense e a húngara, que pipocaram após a crise financeira de 2008. Porém, com uma notável diferença: ao contrário dos regimes liderados por Donald Trump ou Viktor Orbán, o modelo brasileiro adotou uma estratégia econômica ultraneoliberalizante cujos cortes de gastos públicos impedem, por parte do bolsonarismo, concessões aos subalternos, como são os casos, por exemplo, do pleno emprego nos Estados Unidos e da reserva de mercado aos trabalhadores nacionais na Hungria (BRAGA, 2020).

Löwy (2015) ao analisar o vertiginoso avanço da direita no mundo, compartilha da tese de que na Europa dos últimos anos, é possível observar a um espetacular ascenso político e eleitoral de forças de extrema-direita, racistas, xenófobas, fascistas ou semifascistas. Um fenômeno que não pode ser unicamente explicado pela crise econômica, já que em dois dos países mais atingidos por ela, Portugal e Espanha, a extrema-direita é pouco presente no cenário político, enquanto tem um papel muito significativo em países que pouco sofreram com essa crise (Suíça, Áustria). No Brasil não temos partidos racistas, a extrema-direita se manifesta no chamado a um golpe militar.

Trotsky (1979; 2018) insistiu sempre na especificidade do fenômeno do fascismo como forma de regime do Estado burguês, que não poderia ser confundido com outras formas de regime ditatoriais, como o bonapartismo e ditaduras militares como as do general Primo de Rivera na Espanha (1923-1930). Na compilação de seus escritos sobre a Alemanha no início dos anos 1930, *Revolução e Contrarrevolução na Alemanha*, esse é um ponto forte e original a ser destacado. “as frentes amplas preconizadas pelos Partidos Comunistas qualificaram de “fascista” as políticas potencialmente autoritárias do capital monopolista. Hoje em dia o termo “fascista” passou a ser sinônimo de “regime capitalista autoritário” no discurso político marxista; basta lembrar a aplicação do qualitativo “fascista” a regimes como o da Junta chilena, o da ditadura dos coronéis na Grécia, ou o regime do Xá no Irá que, obviamente, não tem a mais remota semelhança com os regimes de Hitler ou Mussolini” (MELO, 2016).[12]

Em suma, não é de hoje esse uso generalizado do termo “fascista” para se referir aos opositores políticos da esquerda, e nesse caso deveria ser um truísmo afirmar que se chamamos tudo de “fascista” esse termo perde sua força explicativa. Se é para de fato levarmos o fascismo a sério, esse caminho generalizante não ajuda. O que quero dizer? Quero dizer que, seguindo Konder (1977), é preciso pensar que o fascismo é uma direita bastante específica. Na história do século XX, exceto nos casos clássicos da Itália de Mussolini e da Alemanha de Hitler onde constituíram

[12] Sobre esse ponto, vale à pena assistir o documentário Fascismo S. A. https://www.youtube.com/watch?v=K80XYjF3lHE. Ver ainda o filme: O Delito Matteotti, do diretor italiano Florestano Vancini, 1973.

regimes políticos, os fascistas participaram do poder ao lado de outras direitas, como na Espanha de Franco e em Portugal de Salazar, assim como é possível perceber a presença de grupos propriamente fascistas participando do poder em outras experiências, ou apenas exercendo funções subalternas, como nas ditaduras militares latino-americanas dos anos 1960/1980, como acabamos de nos referir.

O CRESCIMENTO DA DIREITA E DE TENDÊNCIAS NEOFASCISTAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS

Hoje há sim um crescimento de grupos fascistas, do discurso propriamente fascista na esfera pública e mesmo a emergência de personalidades políticas que podemos definir como fascistas. Não é um fenômeno brasileiro, pois se observa esse crescimento na Europa e em outras latitudes. Historicamente, no Brasil, o fascismo serviu às classes dominantes como tropa de choque para tentar liquidar física e politicamente com a esquerda, como o foi o caso da Ação Integralista Brasileira (AIB) nos anos 1930. Grupos como o Movimento Anticomunista (MAC), que operava já antes do golpe de 1964, assim como Comando de Caça aos Comunistas (CCC) nos anos de 1960/70 podem ser caracterizados como organizações de viés fascista, embora não tenham, ao contrário do Integralismo, produzido uma ideologia fascista com o propósito de criar uma mobilização social.

Para Pedro Dória (2020) é difícil de imaginar, mas, em meados dos anos 1930, era comum nas ruas das grandes cidades brasileiras cruzar com homens vestindo calça preta, camisa verde, gravata preta e uma braçadeira semelhante à nazista contendo, dentro do círculo branco, não uma suástica, mas a letra grega Σ (sigma). No Brasil, como em outros cantos, a esquerda tinha uma expressão para se referir a eles: os "encamisados". De preto na Itália, de cáqui na Alemanha, de verde cá no Brasil. O apelido não veio à toa. Parte do ethos fascista era estar uniformizado, que remetia a uma padronização de toda a sociedade como eles consideravam ideal. Assim como remetia à disciplina militar pela qual cultivavam fetiche (DÓRIA, 2020).

Esse fetiche militar aparece no bolsonarismo, como tantas outras características do fascismo. A total falta de empatia com os mortos deixou mais clara, no presidente Jair Bolsonaro, aquilo que os psicanalistas chamam de pulsão de morte. Essa força que vem de dentro, uma violenta atração pela destruição não só da vida, mas também do outro. Do diferente. É alguém que compreende liberdade como a permissão da violência, como a imposição de um único de ser. Tampouco os integralistas conseguiam lidar com a liberdade no sentido liberal-democrata - aquele espaço permitido a cada um para buscar o seu melhor, com tolerância por desacordos. Aquele foi um tempo em que esse ideal iluminista, o da tolerância por diferenças, o de culto ao debate, foi questionado de frente. Foi um tempo como este nosso. Os afetos do bolsonarismo são fascistas, embora o

bolsonarismo tenha muitos traços distintos daquele fascismo (DÓRIA, 2020).[13]

Boito Jr. (2019; 2020) entende que Bolsonaro representa o capital internacional e a burguesia associada. Esse sentido faz referência, no caso da política de um determinado governo, à maneira como o poder político regula a economia do país, estabelece relações internacionais, aplica a política de ordem etc. É a dimensão da atividade governamental que mais afeta, e isso de modo amplo e profundo, a vida de toda a população. Já no seu segundo sentido, ou num ponto muito mais próximo do segundo que do primeiro, o governo Bolsonaro representa a classe média, principalmente a classe média abastada que se mobilizou para a deposição de Dilma Roussef, e os caminhoneiros (isso não significa que eles usufruem das benesses do governo Bolsonaro) que, também eles e em ação conjunta com o MBL, Vem pra Rua, Revoltados on Line e outros grupos de extrema-direita, se mobilizaram pelo impeachment e, na sequência, se engajaram na candidatura presidencial do capitão reformado. Esse segundo laço de representação, embora não tenha a importância econômica, social e política que tem o primeiro, já que esse pode remodelar toda uma sociedade, é, todavia, um laço importante no jogo político e é, no caso que analisamos, um recurso político do governo Bolsonaro. Os proprietários de terra também aderiram desde a primeira hora à campanha do capitão. Reivindicavam o direito de se armar, a liberdade para desmatar e mais repressão contra os movimentos camponês, indígena e quilombola. Como mostraram reportagens da imprensa, os proprietários de terra se juntaram aos jovens de alta classe média para a recepção ao presidenciável Bolsonaro nos aeroportos do país. Nenhum desses segmentos sociais - capital internacional, burguesia associada, proprietários de terra, alta classe média, caminhoneiros - podem ser caracterizados como lumpesinato (BOITO JR., 2020).

Sem dúvida, o Governo Bolsonaro é o modo de conjunção, especificamente brasileiro, do neoliberalismo com o neofascismo. O conjunto da obra neoliberal (2016-2019), iniciada imediatamente após o Golpe, com o Governo Temer, e aprofundado pelo Governo Bolsonaro, traz as digitais indeléveis dos interesses econômicos e políticos da burguesia cosmopolita e do imperialismo: congelamento dos gastos correntes por 20 anos, liberação e generalização da terceirização, reforma trabalhista, reforma da previdência, desmonte da cadeia produtiva do petróleo e entrega do pré-sal às multinacionais, destruição da engenharia pesada nacional, alteração do marco regulatório do petróleo,

[13] Para o cientista político Armando Boito Jr., teoricamente é possível admitir que um movimento fascista, movido pela ideologia fascista, chegue ao governo e não implante uma ditadura fascista. Pois bem, no Brasil de hoje temos a ideologia neofascista, o movimento neofascista, um governo no qual os neofascistas disputam a hegemonia com o grupo militar – esse último apegado a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura - mas não temos um regime político fascista - o que temos é uma democracia burguesa deteriorada e em crise. As tendências neofascistas e sua base de massa presentes no governo Bolsonaro têm demonstrado um certo poder de mobilização, levando às praças e avenidas das grandes cidades, grandes contingentes de pessoas, inclusive, jovens apoiadores de classe média.

privatizações e, agora, a ameaça de uma reforma administrativa contra o serviço e os servidores públicos (GRAÇA DRUCK; FILGUEIRAS, 2020). Somam-se a tudo isso, o desemprego crescente, o trabalho precário, a pobreza, a miséria e a fome, além da crise pandêmica, que já ultrapassou o número assustador de mais 520 mil mortos. Inegavelmente, essa é uma política genocida que não atinge apenas os brasileiros, mas grandes contingentes populacionais do mundo inteiro, sobretudo os pobres e excluídos socialmente.[14]

Na ausência de uma política de saúde pública para combater efetivamente o coronavírus, o governo Bolsonaro, com sua política desastrosa e genocida, passou a se utilizar de um discurso ideológico e anticientífico, deixando de investir na compra de vacinas para imunizar a população, o que tem resultado em um resultado catastrófico. Sempre em tom agressivo, o presidente atacou a imprensa, afirmou que a COVID-19 se tratava de uma "gripezinha", afiançou a eficácia da cloroquina no tratamento da doença e criticou de forma hostil governadores e prefeitos que estavam enfrentando o coronavírus com firmeza, depois que o STF os garantiu autonomia para determinarem medidas para o enfrentamento, "devem abandonar o conceito de terra arrasada, como proibição de transporte, fechamento de comércio e confinamento em massa", e acrescentou "por que fechar escolas?". Inconformado com o isolamento social, como medida protetiva, o presidente afirmou "devemos, sim, voltar à normalidade" e a "rotina no país deve retornar à realidade" (BORTONE. 2020). Uma clara demonstração de que o governo e sua trupe não estão e nunca estiveram preocupados com as milhares de pessoas mortas pela Covid-19 e com o crescimento da curva de infectados e de óbitos.

Importante salientar, de que não se pode limitar a pandemia do coronavírus às chaves de explicação biológicas ou da natureza. De acordo com Mascaro (2020), trata-se de uma crise eminentemente social e histórica que circunscreve o próprio sistema capitalista de exploração. No fundamental, a dinâmica da crise evidenciada pela pandemia é o modelo de relação social, baseado na apreensão dos meios de produção pelas mãos de alguns e pela exclusão automática da maioria dos seres humanos das condições de sustentar materialmente sua existência, sustento que as classes desprovidas de capital são coagidas a obter mediante estratégias de venda de sua força de trabalho de modo cada vez mais desumano, vide, por exemplo, as condições

[14] Daí ser possível compreender o dramático relato de Friedrich Engels em sua obra clássica *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, escrita em 1845, e de grande atualidade: "Quando a epidemia deu seus primeiros sinais, uma onda de pavor envolveu a burguesia da cidade. De súbito, ela se recordou da insalubridade dos bairros pobres – e tremeu com a certeza de que cada um desses bairros miseráveis iria se constituir num foco da epidemia, a partir do qual a cólera estenderia seus tentáculos na direção das residências da classe proprietária. Rapidamente se designou uma comissão de higiene para inspecionar aqueles bairros e preparar um relatório rigoroso de suas condições ao Conselho Municipal. (...) Dadas tais [péssimas] condições [de vida], como esperar que a classe mais pobre possa ser sadia e viva mais tempo? Que mais esperar, senão uma enorme mortalidade, epidemias permanentes e um progressivo enfraquecimento físico da população operária?" (ENGELS, 2010, p. 105-106). Lembrando que, no século XXI, o Covid -19 exibe todas as características de uma pandemia de classe, gênero e raça sob uma lógica predatória e destrutiva do capital que pode conduzir à humanidade à barbárie.

informais de exploração dos entregadores. O modo de produção capitalista é a própria crise (MASCARO, 2020).

Diante da crise pandêmica e da necropolítica neoliberal imposta pelo governo Bolsonaro, coloca-se para o conjunto da sociedade como questão crucial a luta pela preservação da vida. Isso significa, como bem lembra Ricardo Antunes (2020), encontrar no presente as condições para estancar a crise pandêmica com o apoio vital da ciência e, ao mesmo tempo, começara a desenhar um outro sistema de metabolismo verdadeiramente humano-social. Nesse sentido, urge inventar um novo modo de vida no qual a humanidade seja dotada de sentido em suas atividades mais vitais e essenciais. A pandemia do capital tornou a invenção de um novo modo de vida, da construção de uma nova sociabilidade, o imperativo maior de nosso tempo (ANTUNES, 2020).

Para o cientista político Leonardo Avrizer (2020) o bolsonarismo não possui uma proposta de governabilidade, apenas de mobilização extra-institucional contra a oposição, o sistema político e a mídia, a nova coalizão formada pelo combate ao coronavírus. Jair Bolsonaro elegeu-se para a presidência devido a uma coalizão de forças e fatores muito particulares entre os quais cabe destacar dois: o antipetismo e a maneira como ele lidou com as redes sociais. O antipetismo é um fenômeno complexo e que tem diversas definições, mas cabe ressaltar que são os diferentes elementos, distribuídos no tempo, que caracterizam esse sentimento e o comportamento político da opinião pública em cada um deles.

Na concepção do historiador Osvaldo Coggiola (2019) a classe dominante, isto é, a classe capitalista (brasileira ou não) se digladia. Parte substancial de seus representantes políticos se opõe à queda (impeachment) de Bolsonaro e seus asseclas, principalmente de seu ministro Paulo Guedes, preferindo lhe deixar realizar seu "trabalho sujo" (tornado urgente pela crise econômica, agravada, mas não originada, pela pandemia) até finais de 2022, quando seria possível substitui-lo pelas menos dolorosas vias institucionais habituais. O trabalho sujo vem sendo realizado, principalmente, através do acordo estratégico, para além de divergências secundárias, entre as inciativas econômicas e trabalhistas do Executivo, complementadas ou corrigidas pelo Legislativo: cortes salariais legalizados, suspensão de concursos públicos e não homologação dos já realizados (em momentos em que o setor público precisa desesperadamente de reforços para combater a pandemia), recolocação e aprofundamento da privatização da Previdência, desoneração impositiva das grandes empresas, subsídios ao capital financeiro, legalização das demissões etc. O Executivo fascistóide, minoritário no Congresso, paga o preço do acordo na forma de ministérios e postos em suculentos (e orçamentariamente bem-dotados) cargos de segundo escalão na administração federal. O chamado "Centrão" é o principal cliente desse toma-lá-dá-cá, tomando as benesses com a mão direita enquanto na esquerda segura o porrete do julgamento político (e provável prisão) não só do *entourage* operacional, mas dos próprios membros da *famiglia* governante (COGGIOLA, 2020).

"Causa e efeito", porém, não significa dizer que socialdemocracia e nazismo fossem "irmãos gêmeos", ideia que serviu à Internacional Comunista, como base para a teoria do "social-fascismo", quebrando toda possibilidade de unidade e vitória proletárias contra o nazifascismo. Enquanto os partidos comunistas estalinizados consideravam a vitória nazista como um "mal menor", Trotsky já advertia sobre a horrenda originalidade do novo tipo de contrarrevolução, em 1932: "O fascismo põe em pé aquelas classes imediatamente acima do proletariado, e que vivem com receio de serem obrigadas a cair em suas fileiras; organiza-as e militariza-as às custas do capital financeiro, com a cobertura do governo oficial (…). O fascismo não é apenas um sistema de represálias, de força brutal, de terror policial. O fascismo é um determinado sistema governamental baseado na erradicação de todos os elementos da democracia proletária dentro da sociedade burguesa" (TROTSKY, 2018, p. 53).

O fascismo era, e é, um fenômeno histórico próprio da era da decomposição capitalista, e um fenômeno político de uma etapa de polarização de classes que coloca a alternativa mais ou menos imediata entre revolução e contrarrevolução. Assim como na década de 1930, os "tempos sombrios" foram e são aplainados por governos de Frente Popular – como os governos de coalizão da esquerda com a burguesia na República de Weimar que precederam Hitler, ou os governos de Frente Popular na França e na Espanha que precederam as ditaduras de Vichy (Pétain) e de Franco - pois acontece, nas palavras de Eric Hoffe, que "haja frequentemente uma diferença monstruosa entre a esperança nobre e tenra, e as ações que ela desencadeia. Como se o desfilar da juventude florida precedesse a passagem dos Quatro Cavaleiros do Apocalipse" (The True Believer). Coisas do passado? Foi a Unidade Popular que precedeu Pinochet no Chile, e a Frente Brasil Popular que precedeu Bolsonaro no Brasil. A festa com muitos convidados antes da tragédia com um só (ou uma só família) partícipe (COGGIOLA, 2020).

Já quando se aponta, no plano histórico, que "o fascismo à brasileira sempre esteve por aí, com seu rosto e gestos ameaçadores, ainda que, em geral, perambulando nas margens da vida nacional. Agora, contudo, galgou um dos centros decisórios do Estado brasileiro", por motivos com os quais o capitalismo (o único que existe, ou seja, esse que está aí, não o "tipo ideal" weberiano) não teria nada a ver. E seria bom que a qualificação de reacionárias, ou pelo menos de altamente inconvenientes, das "manifestações de 2013" (em geral!), também fosse submetida ao crivo da dúvida acerca de sua "identificação" (com motivos até mais fortes do que aqueles existentes em relação ao fascismo).

Coggiola (2020) entende que o "fascismo à brasileira" tem tudo a ver com o capitalismo brasileiro hodierno, com suas necessidades (devidas à crise) e circunstâncias (devidas à pandemia) atuais. Como aponta Edgar Azevedo, "a burguesia tenta aproveitar um Brasil devastado por milhares de mortes e pela desorganização econômica, para impor um ataque histórico às condições de vida da classe trabalhadora em todas as frentes. A "boiada" que Guedes quer fazer passar consiste em uma complexa

operação política, que está sendo cozinhada em conjunto com o Centrão, que contempla a um só tempo reformular toda a política social, aprovar uma nova contrarreforma trabalhista com o "Cartão Verde-Amarelo" e reintroduzir o projeto de Previdência por capitalização. O plano é uma resposta ao fracasso político de Bolsonaro e visa organizar e enfrentar, com os recursos do capital financeiro, a fração da classe trabalhadora empurrada para a economia informal contra os trabalhadores de carteira assassinada, com o intuito de eliminar conquistas históricas, tomando como pontos de partida as medidas "excepcionais" tomadas no quadro da pandemia, desespero e desmoralização por causa do desemprego e da falta de perspectivas" (COGGIOLA, 2020).

A força dessa perspectiva (doze ministros caíram, mas Guedes continua firme e apoiado pelo empresariado, não se sabe por quanto tempo) é também sua fraqueza, pois precisa enfrentar uma classe trabalhadora não derrotada, que já protagonizou importantes mobilizações sociais e políticas contra Bolsonaro e seu regime, um movimento popular em ascensão (especialmente o antirracista, fortalecido pelas mobilizações nos EUA) e que pode, através de uma luta política de fundo, organizar os desempregados e os afetados pela pandemia em um combate político de massas contra o capital e seu Estado, reivindicando nacionalizações e expropriações sob controle dos trabalhadores, não em nome de uma "ideologia estatista" (como pretendem os neoliberais), mas das necessidades básicas de sobrevivência da imensa maioria da população.

Uma questão importante colocada por Coggiola é a Frente Única de Classe (e Antiimperialista), a única que pode derrotar de fato o fascismo. Para isso, torna necessário envolver as organizações da classe trabalhadora, do movimento popular e da juventude, que, diversamente da década de 1930, não estão submetidas ao controle de burocracias ainda aureoladas pelo prestígio fresco dos grandes combates do século XIX ou da Revolução de Outubro de 1917. A tarefa não é fácil (nenhuma tarefa política de alcance histórico o é), é também intelectual (exige sair da vulgaridade, do cliché ideológico ou historiográfico, e do estreito marco nacional/nacionalista), é latino-americana (pois o Brasil é um "país continente", mas não uma ilha) e é a única que corresponde à melhor tradição intelectual e política brasileira, como a que nos deixou Mário Pedrosa, nascido há 120 anos e grande organizador do combate antifascista de 1934 (Brasil é um dos poucos países que derrotou o fascismo na rua, e isto também é uma tradição) (COGGIOLA, 2020).

O governo Bolsonaro foi caracterizado como uma vitória da extrema direita, que iria lançar, por um lado, políticas de destruição de conquistas sociais e, por outro, políticas de caráter obscurantista. E ele fez tanto uma quanto outra coisa. Desse ponto de vista, correspondeu às expectativas. O que não correspondeu às expectativas foi a resistência que essas medidas suscitaram, tanto do ponto de vista da luta contra o projeto Escola Sem Partido, por exemplo, quando da resistência que suscitaram os cortes

educacionais e a reforma previdenciária, que levaram, nos primeiros seis meses de governo.

O que o governo Bolsonaro fez foi, basicamente, acirrar a polarização social e política do país. A reforma previdenciária votada na Câmara foi mais uma articulação do parlamento do que de Bolsonaro. Ou seja, temos uma situação de crise, em que o centro do poder político se deslocou curiosamente para o parlamento, sendo que Bolsonaro se elegeu com um discurso condenando os políticos em geral, inclusive aqueles do parlamento, e prometendo uma moralização do país de modo autoritário. Estamos diante de uma situação de crise institucional que é de longo prazo e terá mais manifestações no futuro.

Como bem argumenta Coggiola, sem as definições expostas as caracterizações do "fenômeno Bolsonaro" e, sobretudo, a determinação dos meios políticos para combatê-lo ficam, na melhor das hipóteses, no vazio das expressões de desejo ou, na pior, na colaboração com a impotência para fazê-lo. Pode-se argumentar quanto quiser acerca que "aquele" imperialismo, "aquela" classe operária, "aquele" campesinato, em soma, aquelas condições históricas não existem mais (o que é a História senão perpétua mudança?). Difícil será argumentar que o capitalismo não existe mais, eludindo a caracterização da era histórica em que se encontra, e renunciar a dizer que o Brasil se encontra em uma determinada etapa de seu percurso político, em que são postas a nu muitas (não todas) das contradições e mazelas do seu passado, em primeiro lugar a escravidão africana de quatro séculos. Se não se fizer isto, só caberia afirmar que Bolsonaro é um produto do acaso aleatório, e esperar que o mesmo acaso nos livre dele, o que é uma posição politicamente conservadora e intelectualmente ingênua.

Para o conceituado sociólogo brasileiro, Michael Löwy, o crescimento eleitoral do *Front National* de Marine Le Pen na França sinaliza um evidente crescimento desta tendência. O fascismo está cada vez mais presente na Alemanha, e nas eleições recentes na Áustria alcançou quase 50% dos votos. Em regiões que no passado viveram a experiência traumática da ocupação nazista, como é o caso da Grécia, o aumento da votação em partidos fascistas como Aurora Dourada parece momentaneamente bloqueado na preferência do eleitorado.

Para o que nos interessa imediatamente no Brasil, embora seja evidente a existência de uma onda conservadora, o fascismo ainda ocupa um percentual inferior desta. Mas como recomendavam os velhos comunistas, é bom dormir com um dos olhos aberto. Löwy procura fazer uma análise comparativa dos fenômenos que caracterizam as tendências fascistizantes na Europa e no Brasil.

1) Enquanto na Europa existe, em vários países, uma continuidade política e ideológica entre movimentos neofascistas atuais e o fascismo clássico dos anos 1930, isso não ocorre no Brasil. O fascismo brasileiro, o integralismo, chegou a ter bastante peso nos anos 1930, inclusive influenciando o golpe do Estado Novo, em 1938. Mas a extrema-direita brasileira atual tem pouca relação com essa matriz antiga; grupos neofascistas existem, porém, são

marginais. Nada comparável com a Aurora Dourada grega ou a Frente Nacional francesa.

2) Não existem no Brasil, como no Europa, partidos de massa tendo o racismo como sua principal bandeira. Claro, o Brasil está longe de ser uma democracia racial, e um racismo difuso está bastante presente na sociedade. Porém, um partido brasileiro que tentasse fazer do racismo seu programa principal nunca teria 25% dos votos como na França...

3) O tema da luta contra a corrupção não é específico da extrema-direita, mas tem sido demagogicamente manipulado, com certo sucesso, por setores conservadores, na Europa e, sobretudo, no Brasil. No Brasil é uma velha tradição, desde os anos 1940, dos conservadores: levanta-se a bandeira do combate à corrupção para justificar o poder das oligarquias tradicionais e, segundo o caso, legitimar golpes militares.

4) O que é comparável na extrema-direita francesa e brasileira são dois temas de agitação sociocultural do conservadorismo mais reacionário:

I. A ideologia repressiva, o culto da violência policial, o chamado a restabelecer a pena de morte: é o caso na Europa da extrema-direita e no Brasil da "bancada da bala", fortemente representada no Congresso brasileiro.

II. A intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. É um tema agitado, com certo sucesso, por setores religiosos, com referência católica (Opus Dei, Civitas etc.) na França e evangélica neopentecostal no Brasil.

5) O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Maciel (2020) em nome da preservação dos empregos o conjunto das classes burguesas se beneficiou diretamente de mais um ataque aos direitos trabalhistas com a autorização para a redução de salários, benefícios e jornadas de trabalho durante a pandemia. Ainda assim o desemprego aumentou, porém, os ganhos obtidos com a redução dos custos salariais foram tão grandes, que setores do capital reivindicam abertamente que tal autorização seja permanente. Enquanto isto, governos estaduais e municipais promoveram uma "quarentena de araque", que garantiu o funcionamento dos principais segmentos econômicos porque "a economia não pode parar". Não à toa neste ano de pandemia a concentração de renda aumentou e o patrimônio dos superricos cresceu ainda mais.

Apesar de toda a tragédia econômica, social e sanitária, no plano político, a pandemia pôs a nu não só a impotência política e mobilizatória das forças de esquerda, mas particularmente a rendição do centro-esquerda à nova chantagem do "mal menor" e à pacificação com Bolsonaro

conduzida pelo centro-direita. Enquanto no Chile, na Bolívia, na Guatemala, no Equador e nos EUA as massas trabalhadoras saíam às ruas em plena pandemia para enfrentar o fascismo e o neoliberalismo, aqui os partidos de centro-esquerda e as principais centrais sindicais optaram abertamente pela moderação, recusando a perspectiva da mobilização de massas e preferindo se recolher em casa, à espera das eleições municipais e/ou da absolvição de Lula (caso de PT, CUT e PC do B).

Para Luiz Nassif (2020) o Brasil vive o seu maior desafio como nação. Nos últimos anos houve uma hecatombe institucional cujos maiores responsáveis foram os grupos de mídia e o Supremo Tribunal Federal. Em uma disputa selvagem por poder, foram jogadas fora todas as conquistas da Constituição de 1988, desmontou-se o modelo político, destruíram-se as maiores fontes geradoras de emprego, desmontaram-se as políticas sociais, educacionais, científico-tecnológicas e matou-se provisoriamente o futuro, uma destruição iniciada no interinato de Michel Temer e consumada no governo Jair Bolsonaro.

A isto Bourdieu chama de *fides implicita*, isto é, "a delegação global e total que os mais desfavorecidos concedem em bloco ao partido de sua escolha, uma espécie de crédito ilimitado, deixando o caminho livre aos mecanismos de tomada de decisão que tendem a retirar-lhes [dos menos favorecidos] a posse de qualquer controle sobre o aparelho" (BOURDIEU, 1998, p. 167). Isto abre espaço para que os mandatários que fazem parte da cúpula partidária imponham seus interesses como sendo os interesses de seus eleitores. O autor considera ainda que, a "abstenção ativa", uma espécie de despolitização consciente, como uma forma de repúdio à impotência da maioria da população ante o monopólio dos profissionais no campo político. Mesmo que ela não traga resultados práticos e possua ainda possíveis efeitos contrários, como o domínio total e inconteste da política pelos profissionais do ramo.

À guisa de conclusão, importante lembrar que a política neoliberal desastrosa do governo Bolsonaro tanto no plano econômico, político e social, bem como no âmbito da saúde, com a crise pandêmica, acabou desnudando e aprofundando a precarização do trabalho já existente no Brasil em todas as suas dimensões: nos indicadores do mercado de trabalho, com as altas taxas de desemprego, o alto nível de informalidade, a crescente taxa de subutilização da força de trabalho e os baixos rendimentos; no âmbito do processo de trabalho, as longas jornadas, a intensificação do trabalho, o desrespeito às normas de saúde e segurança do trabalhador, o assédio moral; no campo da saúde do trabalhador, os altos índices de acidentes e adoecimento; e no âmbito do direito do trabalho, uma nova legislação que desobriga as empresas e o Estado com a proteção do trabalhador, dificulta o acesso à Justiça do Trabalho e retira poder dos sindicatos. Os dados revelados pelo IBGE, através da PNAD-Covid, vêm indicando a tragédia que se abateu sobre o trabalho no Brasil. Em maio, 18,5 milhões de brasileiros não trabalharam e não procuraram ocupação devido à pandemia; 19 milhões de pessoas foram afastadas do trabalho e 30 milhões tiveram alguma redução no

rendimento do trabalho. As perdas de rendimento foram maiores entre os ocupados dos serviços, do comércio e da construção e entre os trabalhadores informais. As perdas de rendimento foram expressivas também entre os ocupados em serviços essenciais na pandemia, como os entregadores e os trabalhadores da saúde e da limpeza. Embora não se tenha estatísticas oficiais sobre terceirizados no país, pesquisas mostram que eles estão em sua imensa maioria na área de serviços. E, portanto, fazem parte dos setores mais atingidos pela pandemia. Inúmeros estudos qualitativos indicam que, diante de qualquer crise econômica, os primeiros a serem penalizados são os mais vulneráveis e, dentre esses, estão os terceirizados. No caso dos serviços públicos, por exemplo, cada corte de recursos do governo implica a redução das despesas de custeio, o que tem levado à demissão de terceirizados (GRAÇA DRUCK, 2020b).

De acordo com as estatísticas e notícias apresentadas diariamente, no Brasil a Covid-19 e suas consequências (sanitária, econômica e social) têm atingido brutal e majoritariamente a vida da população negra e pobre. Vale lembrar que mulheres negras compõem a maioria da população brasileira, negras e negros são maioria entre moradores das periferias das cidades - geralmente com baixo nível de escolaridade, moradia precária (e sem acesso a serviços essenciais a exemplo do saneamento básico e com parco acesso à água potável) - e maioria também entre trabalhadores em empregos precários e subempregos. Também são maioria entre a população em situação/moradora de rua e no sistema prisional, compondo a grande massa de trabalhadores/as pobres sem condições de realizar isolamento social e de acessar medidas preventivas conforme orientações das instituições sanitárias, além de enfrentarem severas dificuldades no acesso ao tratamento quando confirmada a contaminação. Tal como a população negra e pobre, povos indígenas de diferentes etnias - que historicamente lutam pela vida e enfrentam a ofensiva cada vez mais intensa e sem limites do agronegócio, das madeireiras, das hidrelétricas e dos empreendimentos das mineradoras, entre outros projetos que asseguram mecanismos de expropriação capitalista no campo brasileiro (SANTOS NETO; FERNANDES, 2020).

Importante ressaltar que o capital, na contextualidade do século XXI, tem se caracterizado por uma lógica eminentemente destrutiva. O lucro é o que move os capitalistas, e as vidas operárias nada representam. Nesse processo, observa-se que a política de isolamento social e/ou o *lockdown* somente funcionam para a classe média e à burguesia, pois, a classe trabalhadora não goza do direito à vida, nem mesmo neste contexto de crescimento da Covid-19. Destituída das condições vitais para a reprodução de sua existência material, a classe trabalhadora precisa lutar cotidianamente pela sua sobrevivência, isso explica a manifestação dos entregadores de aplicativos recentemente no Brasil (SANTOS NETO; FERNANDES, 2020).

Por fim, torna-se cada vez mais premente que as organizações sindicais, o conjunto dos movimentos sociais e os partidos de esquerda comecem, desde já, a organizar a luta dos trabalhadores e dos excluídos sociais contra a

política neoliberal implementada pela nova direita e pelo governo neofascista de Bolsonaro. O caminho incontornável que nos resta, é a luta, com vistas à transformação da sociedade do capital e pelo fim da exploração e da opressão. Não esquecendo que, conforme Mészáros (2002), que o sistema de metabolismo social do capital destrói o trabalho, destrói a natureza e, consequentemente, a própria humanidade. Diante do atual quadro de incerteza e infortúnio que grande parte da humanidade enfrenta, certamente Marx (2010) ainda continua sendo uma fonte iluminadora para os que lutam por um sociedade justa e igualitária, ao apontar que "o poder material tem de ser derrubado pelo poder material, mas a teoria também se torna força material quando se apodera das massas" (MARX, 2010, p. 151). Nesse sentido, entendemos que as análises radicais do tempo presente se mostram fundamentais na conformação de ações consequentes contra o capital e condizentes com os reais interesses das trabalhadoras e dos trabalhadores. As massivas manifestações de 19 de maio e 29 de junho (e, hoje, dia 03 de julho, no momento em que estou concluindo este artigo) envolvendo os mais diferentes movimentos sociais e o movimento sindical, a juventude e grande parte da população acabaram se espalhando por todo país, demonstrando sobremaneira que o caminho é a unidade na luta.

Os protestos levantaram as mais diferentes bandeiras de luta, dentre elas, contra a política genocida do governo Bolsonaro, Fora Bolsonaro, contra o desemprego, vacina no braço (maior investimento no SUS, garantia de leitos e insumos e aceleração da vacinação) e comida no prato (auxílio emergencial de R$600, políticas para manutenção de salários). Indubitavelmente, essas manifestações, esses protestos indicam o caminho da construção de um grande Frente Única, de Luta, contra a política do atual governo e o capitalismo pandêmico e por uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus – O trabalho sob o fogo cruzado*. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARBOSA, Jeferson Rodrigues.*et al. Tempos conservadores* - estudos críticos sobre as direitas. Goiânia: Edições Gárgula, 2020, v. 3.

BIANCHI, Alvaro; MELO,Demian. *Donald Trump é fascista?* In. ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2018, p.67-86.

BOBBIO, Norberto. *et al. Dicionário de política* I. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda*: razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Unesp, 1995.

BOITO JR., Armando. *A questão do fascismo no governo Bolsonaro.* Brasil de Fato. 10 de janeiro de 2019. Disponível em:

<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 16/05/2019.

BOITO JR., Armando. *O neofascismo já é realidade no Brasil.* Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil/>. Acesso em: 16/05/2019.

BOITO JR., Armando. *As dificuldades da luta popular diante do fascismo.* Brasil de Fato. 12 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/12/artigo-or-as-dificuldades-da-luta-popular-diante-do-fascismo-por-armando-boito-jr/>. Acesso em: 16/05/2019.

BOITO JR., Armando. *A burguesia, o "lumpesinato" e o governo Bolsonaro.* Brasil de Fato. 21 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/04/21/artigo-or-a-burguesia-o-lumpesinato-e-o-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 16/05/2019.

BOITO JR., Armando. *Dilma, Temer e Bolsonaro* - crise, ruptura e tendências na política brasileira. Goiânia: Editora Phillos Academy, 2020.

BORTONE, Elaine de Almeida. *O Instituto Brasil* 200. In: BALESTRO DOS SANTOS, Mayara Aparecida Machado; BORGES MIRANDA, João Elter. (Orgs.). Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1998.

CARNEIRO, Henrique. *Introdução*: As raízes do neofascismo no século XXI. In: TROTSKY, Leon. Como esmagar o fascismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

CARONE, Iray. *A personalidade autoritária* – Estudos frankfurtianos sobre o fascismo. Revista Sociologia em Rede, vol. 2, n. 2, 2012.

CASIMIRO, Flávio H. Calheiros. *A nova direita no brasil:* aparelhos de ação político ideológica e a atualização das estratégias de dominação burguesa (1980 – 2014). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História. Niterói, 2016.

CEPÊDA, Vera Lúcia. *A Nova Direita no Brasil:* contexto e matrizes conceituais. MEDIAÇÕES, LONDRINA, V. 23 N. 2, P. 75-122, MAI./AGO. 2018.

CÉSAR, M. R. de Assis; DUARTE, André de Macedo. *"Negação da Política e Negacionismo como Política":* pandemia e democracia. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 4, 2020.

COGGIOLA, Osvaldo. *De FHC a Bolsonaro* – Elementos para uma história econômico-política do Brasil (1979-2019). São Paulo: Editora Liber Ars, 2019.

DÓRIA, Pedro. *Fascismo à brasileira*. São Paulo: Planeta, 2020.

DIMITROV, Giorgi. A luta pela unidade da classe operaria contra o fascismo. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/dimitrov/1935/fascismo/index.htm>.

ECO, Umberto. *O fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, 2010.

FREIXO, Adriano de. *Os militares e o governo Jair Bolsonaro*: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

GONÇALVES, Rodrigo J. M.; RIBEIRO, M. V.; ANDRADE, G. I. F. (Orgs.) *Tempos conservadores*: direitas no cone sul. Goiânia: Edições Gárgula, 2020, v. 2.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

MANDEL, Ernest. *Sobre o fascismo*. Lisboa: Antídoto, 1976.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais* – Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2010.

MASCARO, Alysson. *Crise e pandemia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
MELO, Demian. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. Disponivel em:<http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/Trabalhos%20aprovados/MC19/MC191.pdf >Acesso em 25 de Maio de 2020.

MELO, Demian. *Sobre o fascismo e o fascismo no Brasil de hoje*. Disponível em:< http://blogjunho.com.br/sobre-o-fascismo-e-o-fascismo-no-brasil-de-hoje/ > Acesso em: 27 de maio de 2019.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

CALDEIRA NETO, O. *Neofascismo, "Nova República" e a ascensão das direitas no Brasil.* Conhecer: Debate entre o Público e o Privado, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/206>.

PARADA, Maurício. (Org.). *Fascismos* – conceitos e experiências. Rio de Janeiro: Maud X, 2008.

PATSCHIKI, L.; SMANIATTO, J. A.; BARBOSA, J. R. (Orgs.) *Tempos conservadores - estudos críticos sobre as direitas*. Goiânia: Edições Gárgula, 2016. v. 1.

PARIS, Robert. *As origens do fascismo.* São Paulo: Ed. Perspectiva, 1976.

PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

REICH, Wilhelm. *Psicologia de massas do fascismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos; FERNANDES, Elaine Nunes Silva (Orgs.). *Coronavírus e crise do capital*: impactos aos trabalhadores e à natureza. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020.

SILVA, Antonio Wainer; MORAES, Renato Almeida. *Direita e esquerda no pensamento de Norberto Bobbio*. Agenda Política. Revista de Discentes de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos, Volume 7, Número 1, São Carlos, 2019, 168-192.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. *Bolsonarismo*: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. Revista Eletrônica de Educação, v.14, 1-26, jan./dez. 2020.

SILVA, Mizia Duarte. *O fascismo contemporâneo*: elementos de continuidade e/ou retorno dentro do Estado democrático de direito. Salvador, 2020. Monografia de Conclusão de Curso (TCC). Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Salvador, 2020.

TRAVERSO. Enzo. *Do Fascismo ao pós-fascismo*. Brasília: Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, Departamento de Estudos Latino-Americanos - ELA - Universidade de Brasília (UnB) v. 13, nº 2, 2019.

TRAVERSO, Enzo. *Espectros del fascismo*. Pensar las derechas radicales em el siglo XXI. Herramienta, Buenos Aires, n. 58, outono de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/2FLfhRg>. Acesso em: 15/12/2020.

TROTSKY, Leon. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. São Paulo: Editora Livraria Ciências Humanas, 1979.

TROTSKY, Leon. *Como esmagar o fascismo.* São Paulo: Autonomia Literária, 2018.

WEBER, Mateus Henrique. *O neofascismo brasileiro*: Um debate sobre a sua possibilidade histórica. Análises de conjuntura, Publicações. 22 de maio de 2019. Disponível em: https://www.ufrgs.br/odela/2019/05/22/. Acesso em: 18/11/2020.

ZETKIIN, Clara. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Editora Usina e Autonomia Literária, 2019. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/06/20.htm>. Acesso em: 10/11/2020.